

**A JUVENTUDE COMO CATEGORIA TEÓRICA: LEVANTAMENTO DE
SUA CONFIGURAÇÃO NA LITERATURA SOCIOLOGICA
BRASILEIRA (1950-2000)**

*THE YOUTH AS A THEORETICAL CATEGORY: A SURVEY ABOUT
ITS FEATURES IN THE BRAZILIAN SOCIOLOGICAL
LITERATURE (1950-2000)*

Maria Aparecida Tardin Cassab¹; Joseana Rodrigues dos Reis² e
Letícia Barros Palma da Rosa³

¹ Professora Associada e Coordenadora do programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF (FSS/UFJF); Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-RJ em 1999; e-mail: cassab@powerline.com.br

² Graduanda pela FSS/UFJF; e-mail: josi_fss@yahoo.com.br

³ Graduanda pela FSS/UFJF; e-mail: leticiaabpr@yahoo.com.br

Resumo

O artigo apresenta alguns resultados da leitura da literatura sociológica brasileira produzida sobre os jovens a partir da década de 1950. Sua intenção é mapear as discussões organizadas nas categorias empíricas: juventude, trabalho, educação, ação política, meios e sociabilidades.

Palavras-Chave:

Juventude, ação política, trabalho, educação, políticas públicas, meios e sociabilidades.

Abstract

This article takes stock of the discussions that enable think the sociological literature on young Brazilian produced from the 1950s. His intention is to recover the most important discussions that deal categories empirical youth, work, education, political action, means and sociability.

Keywords:

Youth, action policy, labor, education, public policy, means and sociability.

1. Introdução

A pesquisa “Jovens pobres: de quem se fala?” trata da construção teórica da categoria jovens pobres, referenciada nos conceitos de geração e posição de classe, por meio de um percurso intelectual de apropriação da condição juvenil na sociedade contemporânea. Um dos caminhos estratégicos definidos para o tratamento da questão é o estudo da literatura sociológica brasileira produzida a partir dos anos 1950. Parte-se do entendimento que a ciência produz um discurso que é elemento fundamental das concepções acumuladas acerca da condição juvenil que circulam na vida social.

O artigo apresentado é produto de um dos movimentos da pesquisa, e pretende apresentar as discussões mais recorrentes registradas pela sociologia da juventude que contribuem para compreensão da condição juvenil. Para realização deste trabalho foram construídas categorias empíricas que possibilitassem o tratamento do material lido, a saber: juventude, trabalho, cultura, ação política, educação, políticas públicas, meios e sociabilidades.

2. Metodologia

A pesquisa “Jovens pobres: de quem se fala?” se desenvolve metodologicamente a partir de dois movimentos estratégicos. O primeiro deles está fundamentado em uma ampla revisão bibliográfica a fim de constituir o maior acúmulo de conhecimentos acerca do tema proposto.

A segunda estratégia metodológica consiste na realização de um trabalho de campo, no qual através de entrevistas semi-estruturadas, são contactados jovens pobres entre 15 e 24 anos em diferentes situações sociais: estudantes (ensino fundamental regular, médio, EJA, e cotista de universidades ou PROUNI); trabalhadores com carteira

assinada, trabalhadores informais, empregados domésticos, em serviço militar obrigatório; moradores de áreas de ocupação regular e de ocupações irregulares, usuários de políticas assistenciais específicas para a juventude, jovens em privação de liberdade.

O processo de coleta consiste em combinar questionários que serão respondidos individualmente pelos jovens, com uma abordagem grupal, na qual são discutidas coletivamente temáticas relacionadas à atual condição juvenil sob a ótica destes jovens urbanos pobres.

2.1. A LITERATURA SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE A JUVENTUDE DOS ANOS 1960/2000

Como dito acima será apresentado uma breve síntese do levantamento feito, organizado nas categorias empíricas construídas :

A. Juventude

Para discutir a juventude, Foracchi (1972) inicialmente trabalha a questão da geração, a partir da idéia de que a existência humana é demarcada pela idade, sendo que cada etapa possui características próprias, correspondendo, portanto a gerações distintas. A distância entre as últimas não pode ser compreendida meramente pela idade, mas sim por seu estilo de vida peculiar. A autora utiliza-se da produção de Karl Mannheim sobre a questão, o qual entende o conceito de geração como o conjunto de indivíduos que compartilham um estilo de ação peculiar. Embora não seja uma classe ou grupo, uma geração é uma localização social comum. Usando de sua concepção, Groppo (2000) caracteriza a juventude como uma representação originada para caracterizar o modo de

ser de um determinado grupo, que vai se diferenciar de acordo com cada sociedade, cada época e por distintas experiências vivenciadas.

A partir da década de 1990 uma série de autores se debruçou sobre a categoria juventude com intuito de defini-la originando importantes contribuições. Nessa direção, José Machado Pais (1993) desenvolveu suas considerações defendendo a idéia de que o conceito “juventude” deve ser compreendido como uma construção social. Não existe uma forma única de transição para a vida adulta, assim como não há apenas uma forma de ser jovem.

Um dos autores de que Ianni (1968) se utiliza para refletir sobre a juventude é Bourdieu, o qual afirma que “falar de jovens como uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns e se referir a esses interesses como de uma faixa etária constitui uma manipulação”. Nas palavras de Bourdieu, juventude seria “apenas uma palavra”, um conceito, considerado pelo autor como funcional à reprodução de hierarquias.

Sposito (2003) sintetiza a juventude como uma faixa etária intermediária entre infância e idade adulta, ao mesmo tempo reconhece a existência de várias juventudes em decorrência do pertencimento das classes sociais, das relações de gênero, do estilo de vida, de local em que habitam, dentre outros determinantes.

Além da discussão conceitual de juventude, um dos temas mais recorrentes registrados na literatura a partir da década de 1990 versou sobre experiências de vida dos jovens no conjunto das relações sociais, de modo a apresentar as dificuldades de inserção desse segmento, em especial dos jovens pobres, no mercado de trabalho.

B. Trabalho

A inserção do jovem no mercado de trabalho é uma discussão significativa no âmbito da sociologia da juventude. A literatura registra que os jovens representam o

segmento etário mais afetado pelas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Alguns autores sobressaem nessa discussão como Helena Abramo (2005). Segundo ela, diferentemente do se imagina, diversas questões, além da necessidade de sobrevivência, permeiam a relação do jovem com o trabalho. Para complementar suas considerações, Abramo utiliza das concepções teóricas abordadas pelo economista Márcio Pochmann e por Felícia Madeira.

Pochman (1998) assinala que o trabalho e a sua ausência se constituem um campo de experiências da juventude. Madeira (1992) acrescenta essa discussão ressaltando a expansão da faixa etária juvenil como fator decisivo para a compreensão da oferta de trabalho para esses indivíduos. Segundo Madeira, a “onda jovem” no Brasil acarreta efeitos demográficos sobre o tamanho e a composição da população economicamente ativa, com perceptíveis impactos para a problemática do desemprego.

A atual conjuntura se revela para os jovens de modo inseguro, visto que diante desse quadro de escassez de oportunidades de emprego, essa parcela da população sente-se em desvantagem na disputa por um posto de trabalho, na medida em que possuem menor experiência profissional, sendo ainda mais perceptível no caso dos jovens pobres residentes em periferias.

Os efeitos ocasionados pela absorção ou não dos jovens em relações de emprego desse segmento são perceptíveis em várias esferas como a da dependência financeira, habitação, condições de lazer e até concretizações afetivas, tornando-se, portanto, uma questão que extrapola das experiências individuais.

O discurso da ciência também enfatiza a partir da década de 90, além da problemática do mundo do trabalho, as manifestações juvenis que se relacionam predominantemente à cultura, como forma de afirmação e até mesmo de contestação aos modelos pré-estabelecidos pela sociedade.

C. Cultura

Contraopondo a ação dos jovens dos anos 60 é possível compreender que a ação política da juventude contemporânea, se pauta muito menos por ideais revolucionários e mais por iniciativas advindas de sentimentos de responsabilidade social e individual. A literatura ressalta que a participação dos jovens hoje na sociedade é marcada por ações voluntaristas – religiosas ou não – e por meio da cultura. Sem a consciência da interligação existente entre todas as refrações da questão social, os jovens realizam ações pontuais e imediatistas. Por outro lado, a juventude encontra na cultura uma forma de afirmação de identidade, um modo de ser vista e reconhecida pela sociedade que tanto a marginaliza.

Diante do caráter subjetivo que compõe a construção da ação política, a juventude, parece estar se manifestando por um sentimento de responsabilidade, assumindo trabalhos que proporcionem visibilidade. A intenção primeira não é a de mudar o status quo, mas sim ações imediatas, perceptíveis e que tenham reconhecimento. Assim, as intervenções juvenis se apresentam atualmente em diferentes espaços, como na cultura, na música, no trabalho comunitário.

Quando se fala de culturas juvenis e da cultura como forma de afirmação das identidades juvenis pode-se recorrer a Juarez Dayrell (2003), o qual apresenta um entendimento dos jovens como sujeitos sociais que constroem um modo de ser jovem, não se restringindo à palavra juventude, mas abarcando o conceito “juventudes”.

Segundo Dayrell os jovens têm no meio da cultura suas formas de vida, desenvolvendo nesse meio suas sociabilidades. Projetos, comportamentos e valores se relacionam a essa cultura, não apenas como espaço de vivência de sociabilidades, mas

também um espaço privilegiado de sua produção. Assim, se afirmam e constroem suas identidades por meio de suas ações culturais.

Ao fazer tal consideração, no entanto, é importante salientar que encontra-se no debate a compreensão de que se a cultura se apresenta como um espaço mais aberto é porque em contrapartida outros espaços sociais estão fechados. Assim, torna-se imprescindível a percepção de que o mundo da cultura não encerra a presença dos jovens na vida social. A ação política surge como campo privilegiado que lhes possibilitam oportunidades e condições dignas para que realmente se reconheçam enquanto sujeitos sociais.

D. Ação Política

Pode-se afirmar que a literatura sociológica brasileira na década de 1960 e 1970 pautou-se, prioritariamente, no debate da ação política juvenil, contrabalanceada entre jovens revolucionários ou violentos. Ambos sofreram com medidas de controle e repressão, embora com caráter diferenciado.

A ação política dos jovens volta a ser reconhecida a partir da década de 1990, quando do reconhecimento da necessidade de integrá-los à sociedade, por necessidade do próprio sistema.

Em resposta, pois, à própria violência, o jovem volta a se posicionar, embora de maneiras distintas das vivenciadas nas décadas anteriores. Busca por respostas às suas demandas, problematiza a questão da educação, do mundo do trabalho, e de políticas públicas que os atendam.

Quando se discute poder estudantil Lefebvre (1968) afirma que o movimento é uma prática constante e não apenas uma contestação – originária das lacunas e contradições existentes na sociedade. Assim, o movimento estudantil não deve

se tornar algo corporativista como um partido, mas deve lutar por causas globais. Assim, percebe-se que a postura assumida por diferentes gerações será também distinta, de acordo com a realidade vivenciada, tanto pelo contexto social quanto pelas vivências juvenis mais individuais.

E. Política Pública

A partir da década de 90 a literatura passa a reconhecer a progressiva problematização sobre as políticas públicas e sociais destinadas à juventude. Maria Fernanda de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (2003) concebem como política de juventude toda ação orientada à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil e também àquelas ações orientadas no sentido de incluir nos processos de socialização envolvidos.

Segundo Sposito (1997) a partir dos anos 90 criam-se as políticas públicas com objetivo de minimizar os problemas que mais afetavam a juventude, dessa forma destinavam programas esportivos, culturais, dentre outros com o intuito de controlar socialmente o tempo livre desses jovens.

Para Bango (2003) as políticas de juventude não estariam inscritas nas políticas setoriais, mas diriam respeito necessariamente a outros níveis de ação que não incidiriam sobre o objeto das grandes políticas: saúde, trabalho, habitação e educação. Estariam mais próximas, assim, de áreas articuladas às demandas culturais, de tempo livre, de lazer e, principalmente, de ações que possibilitassem a real participação dos jovens, ampliando a esfera de sua cidadania.

Na bibliografia examinada os projetos sociais podem contribuir para a supressão de certas marcas da exclusão vividas pelos jovens. No ponto de vista de alguns autores essas iniciativas tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social da

juventude que reside em áreas pobres e violentas. Através desses projetos os jovens podem tentar novas maneiras de sociabilidade e integração societária.

Quando se fala, porém, de jovens pobres, apesar da busca pela emancipação, eles vivem o presente e – talvez pela falta de perspectivas de futuro – se realizam no cotidiano. Apesar de seus sonhos, se focam no cotidiano, na construção de dia após dia. Esses jovens, os jovens reais, questionam uma visão romântica da juventude, como afirma Bango, já que problematizam dificuldades originárias de sua condição social, para além das crises geracionais.

F. Educação

A questão da educação é um dos temas tratados de forma mais recorrente na literatura estudada. É corrente entre os autores a constatação que a escola não corresponde às necessidades dos jovens, com a qual eles não se identificam. A escola não lhes estimula quanto à sua formação como sujeitos sociais, assim como não lhes proporciona oportunidades reais e concretas de inclusão.

A educação tem sido citada na literatura sociológica juvenil como indispensável tanto para avançar no desenvolvimento do país como para enfrentar a persistente desigualdade social. Autores como Miriam Abramovay e Mary Castro e interessam pelo tema da educação, uma vez que vêem na mesma possibilidade de mobilidade social, e pelo fato de que a interação que a escola disponibiliza propicia novas relações sociais, redes de amigos e contatos, o que é de suma importância para o jovem. Nesse sentido Abramovay (2002) ressalta que a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização dos jovens. Mary Castro (2001) também complementa esse debate, ao ressaltar que a principal inquietação dos jovens sobre a educação remete à questão da perda da credibilidade do ensino para inserção no

mercado de trabalho. Assim, muitos estudantes abandonam os estudos para trabalhar, o que compromete seu processo de formação e capacitação profissional.

Nestes termos fica claro que o nível educacional de um jovem afeta seus horizontes de experiência ao longo do ciclo vital, uma vez que o conhecimento proporcionado pela educação é essencial para o seu êxito no conjunto das relações sociais e materiais. Assim, pode-se ressaltar que a educação é um dos principais instrumentos para a superação das desigualdades.

G. Meios e Sociabilidades

Explorando a literatura sobre juventude e vulnerabilidade social sobressai às autoras Miriam Abramovay e Mary Castro (2002). As mesmas partem do assertivo de que a violência sofrida pelos jovens possui forte vínculo com a vulnerabilidade social. Para complementar esse debate essas autoras se apropriam da análise de Angelina Peralva, que discute a literatura sobre a violência no Brasil. Segundo Peralva (2000) a pobreza é insuficiente para a explicação da violência, mas se faz necessário reconhecer no horizonte de condicionantes da violência, a modelagem da pobreza e das desigualdades sociais no país.

Miriam Abramovay (2002) afirma que, no imaginário social, os jovens são frequentemente pensados como atores sem identidades, vontades, desejos e ações próprias. Nessa leitura, os jovens são definidos pela ausência e pelo que não seriam – nem crianças e nem adultos. Sujeitos que precisam ser constantemente vigiados, controlados e tutelados para que não se pervertam ou não se percam no mundo das drogas ou do crime.

Como afirma Jurandir Freire Costa (2004), o comportamento do jovem não é fruto de uma condição preexistente da juventude, mas sim, reflexo da sociedade por ele

vivenciada, dos incentivos, sendo necessário, pois, rever não apenas as condutas juvenis, mas também a postura que os adultos assumem em suas vidas e em relação a esses próprios jovens.

Tal responsabilidade deve ser adotada não apenas no dia a dia, mas também pela própria ciência, que, como visto ao longo dessa produção, muitas vezes norteia o pensamento do imaginário social. Cabe, pois, aos estudiosos da juventude e formuladores de suas políticas, o compromisso com a juventude real, tanto no que diz respeito à desmistificação dos estereótipos e estigmas juvenis, quanto na proposição de novas alternativas a essa tal significativa geração.

3. Conclusões

Após o amplo estudo realizado pelo grupo de pesquisa pôde-se identificar certa compatibilidade nas temáticas e tipos de abordagens realizadas pelos estudiosos. As abordagens mais recentes vêm procurando orientar-se em torno do reconhecimento da juventude no “plural”, isto é, considerando a sua diversidade de inserção na vida social, bem como as distintas experiências geracionais.

Verificou-se, por parte dos autores, o reconhecimento da necessidade de se levar em consideração os diversos fatores que caracterizam a condição juvenil, não somente como uma classificação etária ou econômica, mas também levando em consideração o meio social, o sexo, a trajetória de vida e a influência da mídia que poderão ajudar a compreender a diversidade que o conceito “culturas juvenis” pode apresentar, assim como as diversas experiências de “ser jovem”, já que nos grupos sociais concretos há uma pluralidade de juventudes.

Em suma, falar de juventude brasileira demanda o reconhecimento dos processos resultantes de uma conjugação entre herança histórica e padrões societários vigentes.

Sabe-se que são os mais pobres os mais afetados pelos processos de desqualificação geradora de desigualdade social.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. Retratos da Juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, M. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para as políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Tempo Social. São Paulo, Vol.17, n.1, p.11-33, 2005
- BANGO, Julio. (2003), "Políticas públicas de juventude na América Latina: identificação de desafios". In: FREITAS, Maria Virginia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). Políticas públicas de juventude: juventude em pauta. São Paulo, Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung.
- BELLUZZO, L; VICTORINO, R de C. A juventude nos caminhos da ação pública. Tempo Social. São Paulo, vol.18, n 4, 2004.
- BOURDIEU, Pierre (1983). A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. Questão de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. Juventude e Sociedade. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. Campinas, ANPED Nº 24, set-dez, 2003.
- FORACCHI, M.M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira; 1972.
- FREITAS, M. V. de; PAPA F. de C. Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2003.
- GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.
- IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968
- LEFEBVRE, Henri. (1968), "A irrupção: de Nanterre ao auge". In: _____ et al. A irrupção - a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. São Paulo, Editora Documentos.

- LYRA, J.; et al. “A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete” Adolescente: de sujeitos de necessidades a um sujeito de direitos. Cad. CEDES. Campinas. vol. 22, no.57, 2002
- MADEIRA, Felicia & BERCOVICH, Alicia. A “Onda Jovem” e seu impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo. Planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n ° 8, dezembro, 1992.
- MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L; FORACCHI, M.M. (Orgs). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 91-100.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M.M (Org.). Mannheim: Coleção grandes cientistas sociais - 25. São Paulo: Ática, 1982, p. 67- 95.
- MARIA, Izabel & EUGENIO, Fernanda (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro:Zahar, 2006.
- PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1993
- PERALVA, Angelina. Violência e democracia: paradoxo brasileiro. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- POCHMANN, Márcio. A inserção ocupacional e os empregos dos jovens. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.
- SPOSITO, Marília (2003). Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadoras e novas demandas política. São Paulo, Ação Educativa.
- SPOSITO, M. P; CARROCHANO, M.C. A face oculta da transferência de renda no Brasil. Tempo Social. São Paulo, v.17, n.2, 2005.